



Universidade do Minho

Escola de Psicologia

Filipa Sousa Meneses Carvalho

Atitudes de Guardas Provisórios da Guarda Nacional Republicana face aos delinquentes

Atitudes de Guardas Provisórios da Guarda Nacional Republicana face aos delinquentes

Ilipa Carvalho





Universidade do MinhoEscola de Psicologia

Filipa Sousa Meneses Carvalho

Atitudes de Guardas Provisórios da Guarda Nacional Republicana face aos delinquentes

Dissertação de Mestrado Mestrado Integrado em Psicologia

Trabalho realizado sob a orientação da **Doutora Olga Cunha** e do **Professor Doutor Rui Abrunhosa**

Direitos de autor e condições de trabalho por terceiros

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença <u>abaixo</u> indicada.

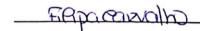
Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.



Atribuição-NãoComercial-SemDerivações

CC BY-NC-ND

https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/



Agradecimentos

À minha orientadora, Doutora Olga Cunha, pela confiança e autonomia que depositou em mim, pela persistência e disponibilidade. Por nunca ter duvidado das minhas capacidades e nunca me ter deixado desamparada neste projeto.

A todo o meu grupo de investigação – Professor Doutor Rui Abrunhosa, Doutora Andreia Rodrigues, Doutora Ana Rita Cruz e as minhas colegas de curso – pelo acompanhamento regular e motivação ao longo de todo este processo.

Aos Guardas Provisórios/Formandos da GNR, da Escola da Guarda – Centro de Formação de Portalegre, pela participação no presente estudo. Sem a sua participação nada disto seria possível.

Aos meus pais, por todo o incentivo e confiança que sempre me entregaram, assim como por todo o apoio nos momentos mais difíceis. E à minha irmã, Sofia, por toda a sua disponibilidade, ajuda e paciência ao longo de todo este percurso.

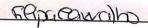
Ao Diogo, pela compreensão, carinho, força e segurança no meu trabalho e nas minhas capacidades, por nunca me ter deixado sozinha e me ter amparado nos piores momentos.

Aos meus amigos, com especial carinho para a Rita e para a Mariana, por em momento nenhum terem desistido de mim ou permitissem que eu desistisse. Muito obrigada, por todo o carinho, compreensão e, sem dúvida, ajuda neste longo projeto.

Declaração de integridade

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducente à sua elaboração.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.



Atitudes de Guardas Provisórios da Guarda Nacional Republicana face aos delinquentes

Resumo

O presente estudo tem como principal objetivo compreender se o contacto direto com os delinquentes altera as atitudes dos Guardas Provisórios/Formandos da Guarda Nacional Republicana (GNR) face aos mesmos. Para além disso, pretende verificar se as variáveis sociodemográficas e da personalidade têm influência sobre as atitudes. Para tal, foram aplicadas a Escala de Atitudes em Relação aos Delinquentes (EARD) e o Inventário da Personalidade NEO-FFI a uma amostra de 74 Guardas Provisórios/Formandos da GNR, em dois momentos distintos (antes e após a realização do estágio de formação). Os resultados revelaram que no segundo momento de avaliação os Guardas Provisórios/Formandos evidenciaram atitudes mais negativas face aos delinquentes do que no primeiro momento. Relativamente às variáveis sociodemográficas, apenas a experiência profissional prévia como militar se revelou estatisticamente significativa, e em relação às variáveis da personalidade não foram encontradas correlações estatisticamente significativas. Estes resultados salientam a importância do treino inicial e contínuo dos Guardas Provisórios/Formandos da GNR, sugerindo-se a introdução de uma componente psicossocial nesta formação, atendendo ao papel ressocializador que estes têm na sociedade.

Palavras-Chave: Atitudes; Delinquentes; Guarda Nacional Republicana; Guardas Provisórios/Formandos

V

Attitudes of Provisional Guards of the Republican National Guard against delinquents

Abstract

The main objective of the present study is to understand if direct contact with offenders changes the

attitudes of the National Republican Guard (GNR) Provisional Guards towards the offenders. In addition,

it aims to analyse if sociodemographic and personality variables also influence these attitudes. The

Attitude Scale towards Delinquents (EARD) and the NEO-FFI Personality Inventory were administered to

a sample of 74 GNR Provisional Guards, in two distinct moments (before and after the internship). The

results revealed that in the second moment of evaluation the GNR Provisional Guards evidenced more

negative attitudes towards the delinquents than in the first moment. Regarding sociodemographic

variables, only previous professional experience as military was statistically significant, and in relation to

the personality variables no statistically significant correlations were found. These results emphasize the

importance of the initial and continuous training of the GNR Provisional Guards, suggesting the

introduction of a psychosocial component in this formation, given their role in the delinquents'

resocialization.

Keywords: Attitudes; Delinquents; National Republican Guard; Provisional Guards

νi

Índice

Direitos de autor e condições de trabalho por terceiros	
Agradecimentos	iii
Declaração de integridade	iv
Resumo	V
Abstract	vi
Índice	vii
Atitudes de Guardas Provisórios da Guarda Nacional Republicana face aos delinquentes	1
Método	6
Amostra/Participantes	6
Instrumentos	7
Procedimento	8
Análise de dados	9
Resultados	9
Atitudes em relação aos delinquentes	9
Variáveis sociodemográficas e atitudes em relação aos delinquentes	10
Variáveis da personalidade e atitudes em relação aos delinquentes	11
Discussão	13
Referências	20
Anexo	23
Índice de tabelas	
Tabela 1 - <i>Médias e desvios-padrão dos resultados da EARD para estudos anteriores e par</i>	a o presente
estudo	10
Tabela 2 - <i>Diferenças entre momentos nas Atitudes dos Guardas Provisórios/Formandos da</i>	<i>GNR</i> 10
Tabela 3 - Diferenças nos scores da EARD de acordo com as variáveis sociodemográficas	11
Tabela 4 - <i>Diferenças entre as Atitudes dos Guardas Provisórios da GNR e da População</i> o	em Geral de
acordo com as Variáveis da Personalidade	12
Tabela 5 - <i>Correlações de Pearson entre as Atitudes dos Guardas Provisórios/Formandos</i> d	da GNR e as
Variáveis da Personalidade	12

Atitudes de Guardas Provisórios da Guarda Nacional Republicana face aos delinquentes

Atitudes são avaliações precisas de um objeto, conceito ou comportamento, baseadas em crenças pessoais com um significado apreciativo automaticamente ativado – bom-mau, agradável-desagradável, prejudicial-benéfico, entre outros (Ajzen & Fishbein, 2000). Quando são adquiridas novas informações ou um individuo se depara com uma questão nunca refletida, estas crenças – consideradas relevantes para o sujeito – são revistas pelo mesmo (Ajzen & Fishbein, 2000). Verifica-se, então, que as atitudes não são consistentes ao longo da vida, com uma maior suscetibilidade para a mudança de atitudes no final da idade adulta (Visser & Krosnick, 1998). Contudo, não existe uma só atitude em relação a qualquer objeto ou questão. Diferentes avaliações do mesmo objeto em diferentes contextos podem mostrar atitudes distintas em relação ao mesmo objeto. Assim, as atitudes em qualquer circunstância vão depender das crenças imediatamente acessíveis na memória naquele momento (Ajzen, 2001). Conclui-se que atitudes são processos internos que orientam o comportamento de uma pessoa, influenciadas quer por outros significativos na vida da mesma quer por resultado de diversas experiências de vida (Cunha & Gonçalves, 2017). Apesar das atitudes e dos comportamentos poderem variar, na medida em que são sujeitos a vários fatores que os influenciam, a investigação vem mostrando que as atitudes estão intimamente relacionadas com os comportamentos (e.g., Robinson & Chandek, 2000).

Atendendo a que as atitudes parecem moldar e/ou influenciar os nossos comportamentos (Gonçalves & Viera, 2007), torna-se fundamental conhecer e analisar as atitudes dos indivíduos em relação aos ofensores. As atitudes permitem predizer as perceções (Kjelberg & Loos, 2008) e os julgamentos acerca da punição (Hogue & Peebles, 1997), assim como a eficácia da reabilitação.

Quando o objeto das atitudes é um grupo específico da população, como por exemplo os delinquentes, considera-se que atitudes positivas face a esta população consistem numa visão dos mesmos como pessoas normais e capazes de mudar, enquanto atitudes negativas implicam uma visão dos ofensores como indivíduos desviantes e imutáveis (Kjelsberg, Skoglund, & Rustad, 2007).

Quando se procura compreender as atitudes face aos delinquentes, uma das principais populações a estudar são os agentes das Forças de Segurança, nomeadamente da Guarda Nacional Republicana (GNR). A GNR é um grupo de soldados militares organizados num corpo especial de tropas, com a missão de garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos e assegurar o cumprimento das leis. Assim, esta Força de Segurança tem como funções manter a paz e ordem pública, prevenir o crime e garantir o respeito da lei, realizar investigações criminais, controlar o trânsito, entre outras. O estudo desta população é de suma relevância dada a existência de variações de atitudes entre os próprios

Guardas da GNR, quer pelas características e natureza da própria profissão (diversidade de funções deste grupo de militares), quer pelo papel que estes têm na sociedade (Cunha & Gonçalves, 2017).

Outros fatores igualmente preponderantes nas atitudes dos Guardas da GNR face aos delinquentes são as características do crime e do próprio infrator. Observa-se um maior nível de empatia face aos delinquentes quanto menor a preocupação e o medo do crime (Costelloe, Chiricos, & Gertz, 2009) e quanto maior for o respeito, a humildade e a cooperação dos delinquentes (Cunha & Gonçalves, 2017).

Estudos anteriores comprovaram que agentes das Forças de Segurança que valorizam a construção da comunidade e a resolução de problemas – ou seja, que detêm atitudes mais positivas perante a sociedade – evidenciam uma menor probabilidade de recorrer à detenção do que aqueles com atitudes mais negativas (Mastrofski, Worden, & Snipes, 1995). Assim, verifica-se que, apesar de as atitudes não se traduzirem necessariamente em ações (Kjelsberg et al., 2007), as atitudes destes profissionais face às pessoas com quem trabalham podem influenciar o seu trabalho (Craig, 2005). Agentes que desenvolvem atitudes acerca dos delinquentes baseadas em estereótipos previamente aprendidos podem evidenciar comportamentos discriminatórios na execução da sua profissão e, consequentemente, influenciar as perceções dos cidadãos relativamente às Forças de Segurança (Cunha & Gonçalves, 2017). A comunidade civil, por sua vez, quando sente valorização e respeito por parte dos Guardas da GNR, tende a acreditar mais na capacidade destes últimos para combater o crime e, desta forma, tende a cumprir e a respeitar mais a lei (Gau, 2010). Assim, torna-se fundamental promover atitudes positivas, não só destes Guarda face aos delinquentes, como também dos cidadãos face a estes Guardas, de forma a evitar perceções erróneas por parte da comunidade face às Forças de Segurança e, deste modo, o desrespeito tanto pelos Guardas como pela própria lei.

As atitudes negativas por parte dos profissionais que trabalham com delinquentes podem conduzir a dificuldades ao nível da reabilitação e reinserção destes ofensores na sociedade. As atitudes face aos ofensores sexuais podem influenciar reações pessoais, políticas e tomadas de decisão judicial (Church, Sun, & Li, 2011). Assim, um profissional que adote uma postura facilitadora da participação ativa do ofensor, demonstrando uma atitude mais empática e calorosa (Gakhal & Brown, 2011) e promovendo interações interpessoais eficazes, influencia – mais que o próprio programa de intervenção – o comportamento de mudança do ofensor (Beech & Fordham, 1997). Neste seguimento, a não reincidência no crime e a procura ativa de programas de intervenção advêm do comportamento dos profissionais enquanto facilitadores do processo terapêutico. É de salientar ainda que profissionais com tendência para atitudes mais positivas, em contraposição àqueles com uma postura mais confrontativa

(Craig, 2005), têm resultados de maior envolvimento, satisfação e comprometimento no trabalho, com aumento da probabilidade de ocorrência de respostas reabilitadoras e restaurativas por parte dos delinquentes (Misis, Kim, Cheeseman, Hogan, & Lambert, 2013).

A influência das características do profissional e das suas atitudes relativamente aos delinquentes também é evidente em estudos sobre estigmatização e isolamento social. Por exemplo, num estudo sobre pedofilia verificou-se que indivíduos sexualmente atraídos por crianças estavam relutantes quanto à procura de ajuda por medo de sofrer estigmatização por parte dos profissionais (Jahnke & Hoyer, 2013). O isolamento social, ao invés da procura de intervenção, leva a um sentimento de desintegração da sociedade, com aumento das reações negativas por parte da mesma, o que culmina numa probabilidade superior de reincidência no crime (Levenson, Brannon, Fortney, & Baker, 2007). Neste sentido, torna-se crucial a elaboração de políticas que responsabilizem os agressores e, simultaneamente, promovam a reabilitação dos mesmos (Brannon, Levenson, Fortney, & Baker, 2007). Políticas estas impulsionadoras não só da diminuição do risco de reincidência, como também do desenvolvimento de uma legislação apoiante da intervenção, com combate aos estereótipos apresentados pela comunicação social (Sample & Kadleck, 2008).

Tem sido objeto de constatação que a experiência direta do individuo com o objeto das suas atitudes tem influência nas atitudes *per se*, com enraizamento destas na personalidade dos sujeitos com o decorrer dos anos (Cunha & Gonçalves, 2017). Um estudo sobre agressores sexuais observou que as atitudes entre os diferentes grupos de profissionais face a estes delinquentes variavam conforme a natureza da relação de trabalho entre o profissional e o ofensor, verificando-se que as principais disparidades se encontravam entre aqueles envolvidos diretamente no tratamento dos ofensores sexuais e aqueles que trabalhavam num ambiente em que, apesar de estarem presentes, não tinham envolvimento direto com o agressor (Lea, Auburn, & Kibblewhite, 1999). Assim, verificou-se que, para uma procura ativa e atempada de tratamento por parte dos agressores sexuais com vista à diminuição da reincidência, é fundamental não só que este se reconheça como tal (Jahnke, Philipp, & Hoyer, 2015), como também uma redução do estigma e das atitudes negativas por parte dos profissionais face aos mesmos (Imhoff, 2015).

Outras pesquisas evidenciaram, ainda, que indivíduos com mais experiência e mais confiança no trabalho, ou com mais contacto com delinquentes, têm atitudes mais positivas face a estes últimos – inclusive face aos ofensores sexuais (Gakhal & Brown, 2011). Os Guardas Prisionais, por exemplo, possivelmente por serem aqueles que mais contactam com ofensores, estando expostos a níveis superiores de sofrimento e biografias problemáticas desta população (Chen & Einat, 2015), são os

profissionais que apresentam atitudes mais positivas relativamente a agressores. Ademais, ainda dentro deste grupo de profissionais, também se verificou que os Guardas que tinham mais anos de serviço tendiam a exibir atitudes mais positivas face a agressores comparativamente àqueles que tinham menos experiência (Kifer, Hemmens, & Stohr, 2003). Resultados semelhantes foram encontrados entre Guardas da GNR – Guardas com mais anos de serviço apresentavam atitudes mais positivas face aos delinquentes do que Guardas com menos experiência profissional (Cunha & Gonçalves, 2017).

Apesar de se verificar uma variação das atitudes conforme os anos de serviço, não está provado que estes sejam preditores de atitudes, o que remete para uma possível correlação desta variação com a experiência de vários anos adquirida no contacto com ofensores. Este facto pode ser explicado por uma promoção de maior tolerância relativamente a este tipo de comportamentos, diminuindo a probabilidade de ver estes indivíduos como perigosos e reconhecendo que estes, tais como todas as outras pessoas, são apenas complexos e diversificados (Hirschfield & Piquero, 2010).

A idade dos indivíduos tem-se demonstrado um fator marcante nas atitudes perante os delinquentes, com os agentes das Forças de Segurança mais velhos a manifestarem atitudes mais positivas face a ofensores (Cunha & Gonçalves, 2017) e a apoiarem a sua reabilitação e o seu tratamento conforme as suas necessidades criminógenas (Kjelsberg et al., 2007). Por sua vez, agentes mais jovens exibem uma tendência maior para a detenção ao invés da reabilitação (Misis et al., 2013). Outros estudos demonstram a variabilidade desta relação idade-atitudes face aos agressores, no entanto, mediada por outros fatores. Num estudo sobre atitudes dos cidadãos em relação a ofensores sexuais na vizinhança, observou-se que indivíduos mais velhos consideram os seus bairros menos seguros – percebendo o ambiente como mais ameaçador – e, desta forma, apresentam atitudes mais negativas do que indivíduos mais jovens (Keil & Vito, 1991). Assim, verifica-se que a idade tem efetivamente um peso nas atitudes da comunidade, não estando, no entanto, confirmada se esta correlação é direta ou mediada por outros fatores, nomeadamente os anos de experiência nos agentes da autoridade ou o medo e insegurança da comunidade civil.

Verificam-se algumas inconsistências na relação entre a educação e as atitudes. Seria expectável que os guardas com um nível académico superior tivessem atitudes mais positivas do que aqueles com um nível académico inferior (Mastrofski, Snipes, Parks, & Maxwell, 2000). No entanto, para além de existirem estudos que mostram precisamente o oposto, isto é, uma correlação negativa entre o nível de escolaridade e as atitudes positivas (Cunha & Gonçalves, 2017), existem também estudos que encontraram esta correlação positiva mas de uma forma indireta, nomeadamente que indivíduos com

mais educação tendem a ter atitudes mais positivas, porque detêm menos medo de vitimização, apoiando mais seguramente a reabilitação do que a punição (Langworthy & Whitehead, 1986).

Ainda assim, mantém-se imperativo a educação e formação em tópicos como a Psicologia em Guardas da GNR, nomeadamente questões de compreensão das populações estigmatizadas, objetivando a redução da discriminação da comunidade civil (Harper, 2012), dado que está provada a associação entre atitudes positivas e maior eficácia no trabalho (Lea et al., 1999).

Cunha e Gonçalves (2017) verificaram que Guardas da GNR casados apresentavam atitudes mais positivas face aos ofensores do que Guardas solteiros, provavelmente em resposta ao vínculo social resultante do casamento. O casamento leva a mudanças significativas na vida dos cônjuges, tanto em termos de rotinas diárias, como em questões de relacionamentos com outros (Sampson, Laub, & Wimer, 2006). Sampson et al. (2006), num estudo sobre a relação entre o estado civil e o cometimento de crimes, referiram que esta mudança aquando do casamento, nomeadamente a desistência do crime, parece estar relacionada com o facto dos homens associarem o casamento à aquisição de responsabilidades e ao controlo social direto exercido pelas suas esposas. Estar casado significava ter alguém para cuidar e alguém a cuidar de si, tornando-se visível a diferença de atitudes entre homens casados e homens solteiros (Sampson et al., 2006).

Recorrentemente, os agressores sexuais são estudados quando abordadas as atitudes face a delinquentes. Olver e Barlow (2010) especificaram as variáveis da personalidade com maior influência sobre as atitudes de estudantes universitários face a este tipo de população, concluindo que traços de Amabilidade (A) e Abertura à Experiência (O) estão positivamente correlacionados com a reabilitação dos ofensores. Ademais, revelaram que traços de Extroversão (E) – tais como assertividade e sociabilidade – estão correlacionados com atitudes mais negativas face ao mesmo grupo, nomeadamente em questões relacionadas com o tratamento dos mesmos. Realçam-se, assim, os traços de Amabilidade e Abertura à Experiência como aqueles presentes nos indivíduos que detêm atitudes mais positivas face a delinquentes, fenómeno que pode ser explicado pelo facto de estes serem indivíduos que valorizam a capacidade e desejo de mudar dos ofensores, a eficácia do tratamento e o direito destes a se redimirem (Olver & Barlow, 2010).

Estudos anteriores têm vindo a comprovar a relevância da identificação das próprias emoções e atitudes desencadeadas pelo contacto profissional com delinquentes. Este reconhecimento de que as respostas emocionais existem e fazem parte do processo de tomada de decisão ajuda a garantir que as atitudes profissionais e as respostas emocionais não interfiram com o trabalho a realizar (Harnett, 1997), sendo por isso necessário a sua inserção no treino e formação dos Guardas. No entanto, verificam-se

lacunas relativamente ao estudo destas atitudes e da influência de algumas variáveis nestas últimas em determinadas populações, nomeadamente a GNR.

O principal objetivo do presente estudo é compreender em que medida o contacto direto com delinquentes altera as atitudes dos Guardas Provisórios/Formandos da GNR face aos mesmos. Como tal, pretende compreender as atitudes dos Guardas Provisórios/Formandos face aos delinquentes no início e no fim da sua formação (anterior e posteriormente à realização do estágio), assim como a influência das variáveis da personalidade e sociodemográficas nestas atitudes. Dada a literatura, esperase que os Guardas Provisórios/Formandos da GNR desenvolvam atitudes mais positivas face aos delinquentes após a realização do estágio e que os formandos mais velhos, casados, com mais escolaridade, mais experiência profissional e com altos níveis de Amabilidade e Abertura à Experiência e baixos níveis de Extroversão demonstrem atitudes mais positivas face aos agressores.

Método

Amostra/Participantes

Os participantes deste estudo foram selecionados através de um processo de amostragem nãoprobabilístico por conveniência.

Os dados foram recolhidos em dois momentos distintos (ou seja, no início da formação e no período pós realização do estágio). Após o emparelhamento dos dados entre o primeiro e o segundo momento de recolha, a amostra final foi constituída por 74 Guardas Provisórios da Guarda Nacional Republicana (GNR).

Os participantes evidenciam uma média de idades de 23.61 (DP=0.30) anos, com um mínimo de 19 anos e um máximo de 29 anos de idade. Quanto à escolaridade, 91.9% (68) dos participantes tinham o 12° ano e apenas 8.1% (6) tinham uma licenciatura.

No que diz respeito ao estado civil, verificou-se que 93.2% (69) participantes eram solteiros, 5.4% (4) eram casados e 1.4% (1) encontravam-se numa outra situação, sendo neste caso união de facto.

Observou-se, ainda, que 74.3% (55) participantes tinham experiência profissional prévia, enquanto 25.7% (19) participantes não tinham. No entanto, a experiência profissional prévia pode não estar necessariamente relacionada com o contacto com ofensores variando, nesta amostra, entre, por exemplo, militares, empregados de mesa, mecânicos, bombeiros, entre outros. Acresce que, dentro destes participantes com experiência profissional prévia, 39.2% (29) tinham experiência profissional como militares, enquanto 35.1% (26) tinham experiência profissional noutras áreas.

Instrumentos

Os instrumentos utilizados neste estudo foram o Questionário Sociodemográfico, a Escala de Atitudes em relação aos Delinquentes (EARD) (Gonçalves e Vieira, 2007) e o NEO *Five-Factor Inventory* (NEO-FFI) (Pedroso-lima et al., 2014).

O Questionário Sociodemográfico, construído especificamente para efeitos do presente estudo, teve como objetivo a recolha de informações referentes à idade, escolaridade, estado civil e experiência profissional prévia.

A Escala de Atitudes em relação aos Delinquentes (EARD) trata-se de uma versão traduzida e adaptada para português, por Gonçalves e Vieira (2005), da escala de "Atitudes em Relação aos Prisioneiros" (ATP) de Melvin, Gramling e Gardner (1985). Para efeitos do presente estudo, foi substituída, em todos os itens, a palavra "prisioneiros" do estudo original por "delinquentes". Trata-se de um instrumento de autorrelato que avalia as atitudes face aos delinquentes, numa escala de Likert de 5 pontos, variando de 0 ("Discordo plenamente") a 4 ("Concordo plenamente"). A EARD inclui questões mais gerais, como "Os delinquentes são diferentes da maioria das pessoas", e questões mais específicas, nomeadamente "Gostaria de ter como parceiros de negócios alguns delinquentes". A versão portuguesa da escala, diferente da escala original (com 36 itens), possuí apenas 34 itens, uma vez que os itens 16 e 24 se revelaram negativamente correlacionados com o total da escala, tendo por essa razão sido retirados (Gonçalves & Vieira, 2005). A EARD apresenta um total de 18 itens positivos e 16 itens enunciados na forma negativa. A cotação total deste instrumento consiste na soma dos itens, subtraindo-se a esta pontuação uma constante de 34. Desta forma, é possível obter uma pontuação total da escala entre 0 e 136, sendo que quanto maior a pontuação total, mais positivas são as atitudes dos indivíduos relativamente aos delinquentes. Quer a versão original quer a versão portuguesa revelaram boas características psicométricas. O estudo original (Melvin et al., 1985) revelou uma confiabilidade teste-reteste de .82, a versão portuguesa (2007) de .91, e a presente amostra de .92 para o primeiro momento e de .86 para o segundo momento.

O NEO-FFI trata-se de uma versão reduzida do NEO PI-R, constituído por 60 itens – 12 por domínio (Conscienciosidade, Abertura à Experiência, Amabilidade, Extroversão e Neuroticismo) (Costa & McCrae, 1992). Trata-se de um instrumento de autorrelato que avalia os domínios (supracitados) da personalidade, numa escala de *Likert* de 5 pontos, variando entre *O* ("*Discordo fortemente*") a *4* ("*Concordo fortemente*").

O tempo de preenchimento deste instrumento é de aproximadamente 15 minutos, incluindo, no seu total, 26 itens formulados na forma negativa e 34 itens na forma positiva. Exemplo de questões

incluídas neste instrumento de autorrelato são "Não sou uma pessoa preocupada" (Neuroticismo), "Gosto muito de falar com as outras pessoas" (Extroversão), "A poesia pouco ou nada me diz" (Abertura à Experiência), "Tento ser delicado com todas as pessoas que encontro" (Amabilidade) e "Não sou uma pessoa muito metódica (ordenada)" (Conscienciosidade).

Tanto a versão original do NEO-FFI como a versão portuguesa revelam valores de consistência interna adequados, variando entre .68 e .86 para a versão original (Costa e McCrae, 1989) e .71 e .81 para a versão portuguesa (Pedroso-lima et al., 2014). A presente amostra revelou um *alfa de cronbach* para o primeiro e segundo momento, respetivamente, de .83 e .77 para o neuroticismo, de .79 e .90 para a extroversão, de -.15 e .30 para a abertura à experiência, de .79 e .89 para a amabilidade e de .88 (nos dois momentos) para a conscienciosidade. Assim, com exceção da abertura à experiência, todos os domínios apresentam valores de confiabilidade adequados (Gliem & Gliem, 2003).

Este estudo insere-se num protocolo mais abrangente, designado de "Atitudes em relação aos delinquentes e à sua reabilitação", desenvolvido por Andreia Rodrigues e Olga Cunha, do qual fazem também parte a Escala de Atitudes em relação aos Ofensores Sexuais (EAAS; Hogue, 1993) a Escala de Atitudes em relação à Reabilitação de Ofensores Sexuais (EATAS; Wnuk, Chapman, & Jeglic, 2006), e o Questionário de Perceções acerca das Sanções Penais (QPSP; Castro-Rodrigues, A. & Gonçalves, 2016). No entanto, estes instrumentos não foram analisados no presente estudo.

Procedimento

Inicialmente foi solicitada autorização para a realização do estudo ao Comando da Doutrina e Formação (CDF) da GNR e submetido o projeto para aprovação pela Comissão de Ética da Universidade do Minho. Após obtenção das respetivas autorizações, foi estabelecido contacto com a Escola da Guarda – Centro de Formação de Portalegre, na pessoa do Supervisor Institucional nomeado pelo CDF, com vista a serem agilizados os procedimentos necessários com vista ao início da recolha de dados.

Uma vez que os questionários, assim como o consentimento informado, foram administrados online, o link do presente protocolo foi então enviado para o Supervisor Institucional, tendo este ficado encarregue de divulgar o mesmo junto do Comandante de cada um dos Pelotões. Em seguida, cada Comandante de Pelotão divulgou e solicitou o preenchimento dos questionários junto dos Guardas Provisórios/Formandos, tendo cada um a liberdade de decidir (ou não) pela sua participação no estudo.

Os dados foram recolhidos em dois momentos distintos – no início da formação e no período após realização do estágio. Do consentimento informado constava toda a informação acerca dos propósitos e objetivos do estudo, da existência de dois momentos de recolha de dados e da liberdade

para desistirem em qualquer momento, sem qualquer custo ou prejuízo. A participação no estudo foi individual, anónima e voluntária. No primeiro momento participaram um total de 372 Guardas Provisórios e no segundo momento 289.

Para se proceder ao emparelhamento dos dados do primeiro para o segundo momento, foi pedido aos participantes que colocassem um código de identificação (que não permitia de modo algum a identificação do participante visto não incluir qualquer tipo de informação sobre este) no primeiro momento e que o voltassem a colocar no segundo momento. Uma vez que o critério de inclusão para este estudo foi a participação nos dois momentos, anterior e posteriormente ao estágio, a amostra final foi de 74 participantes, uma vez que, apesar do número de participantes alcançado em ambos os momentos, através do código de identificação só foram possíveis de emparelhar os dados de 74 participantes.

Análise de dados

A análise de dados foi efetuada com recurso ao *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS – versão 24.0).

Na análise dos dados, recorreu-se a estatística inferencial para descrição das características sociodemográficas dos participantes. Por forma a analisar as diferenças nas atitudes dos Guardas Provisórios/Formandos da GNR entre o primeiro e o segundo momento recorreu-se ao teste de *Wilcoxon*, uma vez que não se encontrava cumprido o pressuposto da normalidade dos dados. Foram ainda realizados testes de correlação de *Pearson* para analisar a associação entre as variáveis de personalidade e a idade e as atitudes face à delinquência. Por fim, utilizou-se o teste de *Mann-Whitney* para analisar as diferenças nas atitudes ao nível da escolaridade, estado civil e experiência profissional prévia.

Resultados

Os resultados apresentados de seguida referem-se ao cruzamento das variáveis sociodemográficas e da personalidade com as pontuações finais da EARD dos participantes, relativamente aos dois momentos da recolha de dados. Demonstram, ainda, a interseção das pontuações finais dos participantes, da EARD, entre estes mesmos momentos.

Atitudes em relação aos delinquentes

Na EARD, os Guardas Provisórios/Formandos da GNR obtiveram uma pontuação média de 70.24 (*DP*=15.57) no primeiro momento e de 68.12 (*DP*=11.09) no segundo momento. Por comparação

com os resultados obtidos noutras amostras nacionais e internacionais (e.g., guardas prisionais e estudantes) (Cunha & Gonçalves, 2017; Gonçalves & Vieira, 2007; Melvin et al., 1985) (cf. Tabela 1), verifica-se que, tanto no primeiro como no segundo momento, as atitudes dos Guardas Provisórios/Formandos são as menos positivas comparativamente.

Tabela 1 *Médias e desvios-padrão dos resultados da EARD para estudos anteriores e para o presente estudo*

	Polícias Guardas Prisionais		Estudantes
	Média (DP)	Média (DP)	Média (DP)
Melvin et al. (1985)	67.0 (16.60)	90.7 (16.33)	90.5 (16.33)
Gonçalves e Vieira (2007)	-	86.75 (16.10)	84.6 (13.54)
Cunha e Gonçalves (2017)	73.17 (20.20)	-	-
Estudo atual (Momento 1)	70.24 (15.57)	-	-
Estudo atual (Momento 2)	68.12 (11.09)	-	-

No que diz respeito à diferença entre os dois momentos, observam-se diferenças estatisticamente significativas nas atitudes dos Guardas Provisórios/Formandos entre os dois momentos de avaliação, Z = -2.402, p < .05, verificando-se uma tendência para atitudes mais positivas no primeiro momento por comparação com o segundo momento (cf. Tabela 2).

Tabela 2

Diferenças entre momentos nas Atitudes dos Guardas Provisórios/Formandos da GNR

	Momento 1	Momento 1 Momento 2	
	(N=72)	(N=72) (N=68)	
	Média (DP)	Média (DP)	
EARD	70.24 (15.57)	68.12 (11.09)	-2.402*

Nota: * *p* < .05

Variáveis sociodemográficas e atitudes em relação aos delinquentes

No que diz respeito à escolaridade, não se verificam diferenças estatisticamente significativas nas atitudes dos Guardas Provisórios/Formandos da GNR relativamente aos delinquentes, nem no primeiro momento, U=108.500, p=.068, nem no segundo momento, U=96.500, p=.149 (cf. Tabela

3). Ainda, também não se verificam correlações estatisticamente significativas entre as atitudes dos Guardas Provisórios/Formandos face aos delinquentes e a idade dos mesmos no primeiro momento, r = .164, p = .168, ou no segundo momento, r = .138, p = .260.

Avaliada a influência do estado civil nas atitudes destes participantes, os resultados não revelam, de igual forma, diferenças estatisticamente significativas entre aqueles que eram solteiros e aqueles que eram casados ou em união de facto, nem no primeiro momento, U=128.500, p=.854, nem no segundo momento, U=111.500, p=.665.

Já no que respeita à experiência profissional prévia, testes de *Mann-Whitney* demonstraram diferenças estatisticamente significativas entre aqueles que, no primeiro momento, não tinham experiência profissional prévia como militar e aqueles que referiram ter, verificando-se atitudes mais positivas nestes últimos, U = 228.500, p < .05. No entanto, no segundo momento, os resultados revelaram que não existem diferenças estatisticamente significativas entre os participantes com experiência profissional prévia como militar e aqueles com experiência profissional noutras áreas (cf. Tabelas 3).

Tabela 3

Diferenças nos scores da EARD de acordo com as variáveis sociodemográficas

	EARD_M1			EARD_M2		
	N	Média	U	Ν	Média	U
Escolaridade						
Ensino Secundário	66	37.86	108.500	63	35.47	96.500
Ensino Superior	6	21.58		5	22.30	
Experiência Profissional Prévia						
Militar	26	33.71	228.500*	24	28.63	205 000
Não Militar	29	22.88		28	24.68	285.000

Nota: EARD_M1 – Escala de Atitudes em Relação aos Delinquentes no primeiro momento; EARD_M2

Variáveis da personalidade e atitudes em relação aos delinquentes

Foram analisadas as médias e respetivos desvios-padrão relativamente às cinco dimensões da personalidade (cf. Tabela 4). Considerando a amostra do presente estudo, observou-se que os Guardas Provisórios/Formandos da GNR apresentam as pontuações mais baixas na dimensão de Neuroticismo,

⁻ Escala de Atitudes em Relação aos Delinquentes no segundo momento; *p < .05

em ambos os momentos, e as pontuações mais elevadas na dimensão da Conscienciosidade. Verificase, então, que estes valores são semelhantes aos obtidos pela população portuguesa, que também nas restantes dimensões apresentam pontuações semelhantes aos obtidos na amostra do presente estudo.

Tabela 4

Diferenças entre as Atitudes dos Guardas Provisórios da GNR e da População em Geral de acordo com as Variáveis da Personalidade

	Média	a (DP)	Pedroso-lima et. al (2014)	
	EARD_M1	EARD_M2		
	N=68	N=64	Média (DP)	
Neuroticismo	19.21 (6.29)	20.16 (5.96)	23.92 (7.46)	
Extroversão	29.19 (5.30)	26.77 (5.19)	29.55 (6.01)	
Abertura à Experiência	24.96 (2.70)	24.63 (3.33)	27.54 (6.30)	
Amabilidade	29.32 (5.56)	27.42 (4.87)	32.49 (5.61)	
Conscienciosidade	31.31 (6.35)	28.70 (7.06)	34.26 (6.31)	

Nota: EARD_M1 – Escala de Atitudes em Relação aos Delinquentes no primeiro momento; EARD_M2

Os resultados referentes às variáveis da personalidade, para cada domínio, são apresentados na tabela 5. Os resultados demonstram que não há correlações estatisticamente significativas entre as atitudes dos Guardas Provisórios/Formandos e as cinco facetas do NEO-FFI.

Tabela 5

Correlações de Pearson entre as Atitudes dos Guardas Provisórios/Formandos da GNR e as Variáveis da Personalidade

	Neuroticismo	Extroversão	Abertura à Experiência	Amabilidade	Conscienciosidade
EARD_M1	006	066	.007	.053	005
EARD_M2	097	137	.088	.132	064

Nota: EARD_M1 – Escala de Atitudes em Relação aos Delinquentes no primeiro momento;

EARD_M2 – Escala de Atitudes em relação aos Delinquentes no segundo momento.

⁻ Escala de Atitudes em relação aos Delinquentes no segundo momento.

Discussão

O principal objetivo do presente estudo foi compreender em que medida o contacto direto com delinquentes altera as atitudes dos Guardas Provisórios/Formandos da GNR face aos mesmos e analisar a influência de variáveis sociodemográficas e da personalidade nestas mesmas atitudes. Tendo em conta as hipóteses previamente definidas, os resultados revelaram que apenas a hipótese 5 (os participantes com experiência profissional prévia terão atitudes mais positivas face aos delinquentes) se confirmou. Também a hipótese 1 (os Guardas Provisórios/Formandos da GNR terão atitudes mais positivas face aos delinquentes após a realização do estágio) se apresentou estatisticamente significativa, ainda que no sentido contrário ao previamente postulada. Ou seja, os participantes evidenciaram atitudes mais negativas face aos delinquentes no segundo momento, refutando a literatura existente.

Os resultados demonstraram que os Guardas Provisórios/Formandos da GNR são aqueles que evidenciam atitudes mais negativas em relação aos delinquentes, quando comparados com outros grupos, tais como os Guardas Prisionais e estudantes (Cunha & Gonçalves, 2017; Gonçalves & Vieira, 2007; Melvin et al., 1985). Uma possível explicação para estes resultados reside no foco progressivo colocado na eficiência e respeitabilidade destes Guardas, aos quais é confiada a manutenção da paz e a promoção do sentimento de segurança na comunidade. Devido à importância que cada vez mais a GNR tem na sociedade, estes Guardas estão sob bastante tensão, não só devido a questões operacionais (crescente ameaça de violência nas ruas e exigências dos cidadãos), como também pelas questões organizacionais (organização da estrutura e ambiente entre colegas/supervisores) (Collins & Gibbs, 2003). O medo de ser punido ou tratado de forma injusta pelo seu supervisor pode ser visto como um fator de tensão/ansiedade para os Guardas Provisórios/Formandos da GNR (Gershon, Barocas, Canton, Li, & Vlahov, 2009). Ademais, dada a discricionariedade na aplicação da lei e a necessidade de agir de forma imediata, esta tensão torna-se visível nos encontros quotidianos entre os Guardas da GNR e os cidadãos. Uma vez que cada situação tem as suas próprias condicionantes, com níveis de gravidade e de ativação emocional diferenciadas, os Guardas Provisórios/Formandos da GNR tomam as suas decisões, relativamente a que comportamento adotar, com base nas suas atitudes e valores (Engel & Worden, 2003). Assim, se já para Guardas da GNR formados e com experiência se torna difícil e desgastante, esta pressão pode tornar-se ainda mais evidente nos Guardas Provisórios/Formandos.

Uma outra possível explicação para estes resultados pode ser encontrada na principal função que é atribuída a estes agentes das Forças de Segurança, isto é, a de controlar o comportamento dos delinquentes e, quando necessário, proceder à sua detenção. Sendo este o principal foco dos seu trabalho, tal implica uma concentração por parte destes guardas nos aspetos negativos dos indivíduos

(Kjelsberg et al., 2007), o que pode conduzir a um aumento das atitudes negativas face aos mesmos. De facto, atitudes mais positivas nos Guardas Prisionais comparativamente aos Guardas Provisórios/Formandos da GNR podem refletir, precisamente, a maior ambiguidade do seu trabalho, que, ao contrário do trabalho desenvolvido por um Guarda da GNR, envolve tanto a punição como a reabilitação (Leiber, Schwarze, Mack, & Farnworth, 2002).

Os resultados indicaram que no segundo momento da avaliação, posteriormente ao contacto efetivo com delinquentes na sequência da realização do estágio, os Guardas Provisórios/Formandos da GNR evidenciaram atitudes mais negativas face aos delinquentes por comparação com o primeiro momento. Este agravamento das atitudes face aos delinquentes no segundo momento pode estar relacionado com o tempo de duração do estágio (três meses), podendo não ser o suficiente para formar uma opinião clara e consistente sobre os delinquentes. Este período de tempo consiste, na maior parte dos casos, no primeiro contacto direto com delinquentes e com a própria profissão, tornando-se o "confronto com a realidade" e, consequentemente, com as exigências profissionais associadas – como o estado de vigilância permanente (impossibilitando, mesmo em situações de lazer, o relaxamento por parte destes Guardas) (Conroy & Hess, 1992). De facto, existem variadas situações potenciadoras de stresse no trabalho de um Guarda da GNR. Estas questões, como o próprio trabalho (e.g., riscos da profissão, complexidade das tarefas), as relações no trabalho (e.g., relações com os supervisores, sentindo-se muitas vezes menosprezados pelos mesmos), ou o desenvolvimento da carreira (e.g., excessiva lentidão ou rapidez na promoção profissional), entre outras, podem levar a consequências tanto a nível individual como organizacional (Ribeiro & Surrador, 2005). Neste sentido, estas questões podem ser percebidas neste primeiro momento de contacto e conduzir a um sentimento de desilusão ou frustração e, assim, a atitudes mais negativas. No entanto, com a aquisição de experiência, estas atitudes poderão melhorar, tanto ao nível do trabalho como ao nível das atitudes face aos delinquentes, uma vez que poderá existir, com o passar do tempo, uma tendência para o aumento da tolerância sobre os comportamentos delinquentes (Cunha & Gonçalves, 2017). Contudo, para se confirmar esta hipótese teria de ser realizada uma avaliação das atitudes num momento mais longínquo no tempo, como por exemplo um ano após o início da carreira destes Guardas.

Estudos anteriores referem que, durante os primeiros anos de carreira, existe uma tendência para o desenvolvimento de um mecanismo de defesa contra o stresse – "Síndrome de John Wayne". Este mecanismo, caracterizado pela frieza emocional, reflete os problemas de adaptação provocados pelas dificuldades na execução das suas tarefas ou dificuldades interpessoais no momento de enfrentar as suas exigências profissionais (Conroy & Hess, 1992). A literatura sugere, ainda, que a saliência

concedida ao crime e aos ofensores, medida através do medo e da preocupação dos sujeitos, é um forte preditor de atitudes punitivas (Costelloe et al., 2009). Dada a fase inicial da carreira em que os Guardas Provisórios/Formandos da GNR se encontram e uma vez que passar da teoria à prática é, efetivamente, um grande desafio, estes podem encontrar-se num estado de maior stresse. Naturalmente, estes sentimentos podem estar subjacentes ao agravamento das atitudes do primeiro para o segundo momento. Com a intenção de proteger a comunidade e demonstrar uma postura adequada, estes Guardas podem optar por um estilo mais confrontativo e, consequentemente, apresentar atitudes mais punitivas face aos delinquentes. Todavia, entrevistas mais aprofundadas teriam de ser realizadas para clarificar esta possível explicação.

Esta explicação sugere uma outra possibilidade – a desejabilidade social. A desejabilidade social consiste numa tendência para responder de acordo com determinados padrões culturais, por forma a agradar ao investigador ou para estar de acordo com aquilo que é socialmente expectável (Gouveia et al., 2009). Apesar de se ter tentado controlar este fator através do anonimato dos participantes, é possível que os participantes tenham respondido de uma forma mais negativa com o intuito de demonstrar uma postura mais rígida e distante perante os delinquentes, acreditando que deste modo serão mais respeitados pelos cidadãos e/ou por forma a agradar os seus supervisores. Estudos demonstram que, sendo os supervisores os mediadores entre a comunicação de expectativas aos Guardas Provisórios/Formandos da GNR e a aplicação destas expectativas na prática de rua, na ausência de objetivos e limites claramente comunicados, estes Guardas podem substituir as suas próprias prioridades pelas dos seus supervisores (Engel & Worden, 2003). Assim, atitudes mais negativas por parte dos Guardas Provisórios/Formandos podem estar relacionadas com a ameaça e medo de punição por parte dos seus supervisores (Lurigio & Skogan, 1994). No entanto, também estudos mais aprofundados, nomeadamente através de entrevistas, teriam de ser realizados para se apurar a veracidade desta explicação.

Uma vez que a avaliação que os Guardas da GNR fazem dos delinquentes e das suas características tem grande relevância nas interações que têm com estes últimos, sobretudo nos primeiros anos de carreira (Gonçalves & Vieira, 2005), é necessário ter em atenção estas atitudes quer aquando da formação quer durante a realização do estágio. Torna-se essencial integrar na formação inicial e contínua destes Guardas problemas práticos, de modo a permitir a consciencialização acerca das próprias atitudes, valores e crenças e a alterar crenças erróneas capazes de prejudicar o seu próprio trabalho. Assim, permite aos Guardas Provisórios/Formandos aumentar a perceção acerca do potencial impacto de cada situação e dos seus efeitos, antecipando as consequências das suas ações (Cunha &

Gonçalves, 2017). Além do mais, estando o stresse associado a comportamentos negativos, conhecer o potencial o potencial impacto de cada situação possibilita a capacidade de identificação de stressores e consequente melhoria dos mecanismos de ajustamento face aos mesmos (Gershon et al., 2009). Deste modo, permite o evitamento de situações ansiogénicas no futuro, promovendo a preparação para tomadas de decisão mais eficientes (Gonçalves & Vieira, 2005).

Formar os Guardas Provisórios/Formandos da GNR em áreas como a Psicologia pode melhorar as suas atitudes face a populações estigmatizadas, nomeadamente os delinquentes (Harper, 2012). Quando os membros de um grupo ouvem um indivíduo com o qual se identificam com um discurso contrário às suas atitudes, existe uma grande probabilidade de as suas atitudes passarem a estar de acordo com as do orador (Norton, Cooper, Monin, & Hogg, 2003). Deste modo, esta formação pode encorajar estes Guardas a falar com outros colegas sobre estes assuntos e, assim, promover uma melhoria de atitudes face aos delinquentes na sociedade em geral (Harper, 2012).

Assim, apesar da componente tática e técnica da formação dos Guardas Provisórios/Formandos da GNR ser de suma importância para a proteção da comunidade, verifica-se que a formação destes Guardas incide fundamentalmente numa dimensão mais repressiva e legalista. Porém, para que se obtenha uma boa conduta por parte dos mesmos é fundamental inserir uma componente sociológica e psicológica na sua formação. Torna-se relevante ter, como indivíduos presentes no quotidiano dos cidadãos, juntamente com a aquisição de conhecimentos jurídicos, uma componente mais relacional e humana (Cunha & Gonçalves, 2017) na formação inicial e contínua destes Guardas, de modo a compreender o que é efetivamente o crime e o porquê do cometimento de crimes por parte dos delinquentes. Neste sentido, existem três aspetos fundamentais a integrar na formação dos Guardas da GNR: a aquisição de competências que permitam um bom desempenho da função policial, a aquisição de conhecimentos e de atitudes (nomeadamente saber reconhecer as suas próprias atitudes) e a aquisição de aptidões para definir, analisar e resolver problemas (Cunha, 2008). É, ainda, igualmente decisivo que se aumente o tempo de formação, nomeadamente do estágio, para que se possibilite uma maior familiarização com a profissão e uma melhoria das atitudes face aos delinquentes.

No que respeita às variáveis sociodemográficas, com exceção da experiência profissional prévia, não foram encontradas correlações/diferenças estatisticamente significativas entre as mesmas e as atitudes dos Guardas Provisórios/Formandos da GNR. Verificou-se, então, que aqueles com experiência profissional prévia como Militares das Forças Armadas apresentaram atitudes mais positivas face aos delinquentes, no primeiro momento, do que aqueles com experiência profissional prévia noutras áreas. No entanto, é importante salientar que a única proximidade entre Guardas da GNR e Militares é a

estrutura militar que ambas possuem, uma vez que a experiência militar, na maioria das vezes, não implica qualquer contacto direto com delinquentes.

Relativamente às restantes variáveis sociodemográficas, há fatores que devem ser considerados quando se interpretam estes resultados, nomeadamente a dimensão da amostra.

Torna-se difícil tirar conclusões sobre a influência da idade nas atitudes dos Guardas Provisórios/Formandos da GNR tendo em conta a discrepância de idades entre os participantes. Apesar da amplitude de idades (isto é, dos 19 até aos 29 anos de idade), obteve-se um máximo de três participantes por idade, o que impossibilita comparações consistentes. Ademais, atendendo à dimensão da amostra, também não foi possível um agrupamento por idades. No entanto, existem outras possíveis explicações para os resultados obtidos relativamente à idade. A maioria dos estudos (e.g., Cunha & Gonçalves, 2017) refere que os agentes das Forças de Segurança mais velhos tendem a acreditar mais firmemente na reabilitação dos ofensores e, por consequência, demonstram atitudes mais positivas. Contudo, acreditar na reabilitação dos ofensores não indica necessariamente atitudes mais positivas face aos delinquentes (Hirschfield & Piquero, 2010). Apesar do presente estudo apenas ter avaliado as atitudes dos Guardas Provisórios/Formandos face aos delinquentes em geral, os participantes podem efetivamente estar de acordo com o princípio da reabilitação e, ainda assim, continuar a considerá-los como perigosos. Todavia, outro tipo de testes ou entrevistas mais aprofundadas teriam de ser realizadas para confirmar esta hipótese.

No que diz respeito à escolaridade, a dimensão da amostra não permitiu fazer comparações coesas. Não foi alcançado um número suficiente de participantes para cada nível de escolaridade (seis participantes com uma licenciatura e 68 participantes com o 12° ano) para se poder tirar conclusões sobre a influência desta variável nas atitudes dos Guardas Provisórios/Formandos da GNR. No entanto, dada a grande diversidade de estudos relativamente à influência da educação nas atitudes, pesquisas futuras devem tentar controlar esta variável para poder obter resultados conclusivos a este nível.

Por fim, verificou-se que o mesmo aconteceu com o estado civil. A análise relativa ao estado civil, que também não revelou diferenças estatisticamente significativas ao nível das atitudes dos Guardas Provisórios/Formandos face aos delinquentes, demonstrou uma discrepância de 69 participantes solteiros e apenas 5 casados/em união de facto, não possibilitando a obtenção de resultados conclusivos.

Relativamente às variáveis da personalidade, também não foram encontradas correlações estatisticamente significativas entre estas variáveis e as atitudes dos participantes face aos delinquentes. No entanto, sendo um instrumento de autorrelato, existe também a possibilidade da desejabilidade social, ou seja, de os participantes não terem sido completamente honestos. Ainda, é importante salientar

o valor da confiabilidade obtido no domínio da Abertura à Experiência, em ambos os momentos. Este valor, apesar de explicar apenas uma parte dos dados e ser relativo a uma dimensão que não é descrita na literatura como influente nas atitudes dos sujeitos, representa uma margem de erro grande, não permitindo a confiança nos resultados obtidos relativamente a este domínio.

Mediante o exposto, apesar de não ter sido possível tirar conclusões significativas no que diz respeito às variáveis sociodemográficas e da personalidade, há questões importantes a reter. A literatura sugere que indivíduos mais velhos, com mais escolaridade e casados apresentam atitudes mais positivas face aos delinquentes. No entanto, os participantes deste estudo eram, na sua maioria, mais novos, solteiros e possuíam o 12º ano de escolaridade – justamente aquilo que a literatura refere como estando associado a atitudes mais negativas face aos delinquentes. Além disso, uma vez que nem as variáveis sociodemográficas nem as da personalidade se revelaram significativas e, mesmo assim, as atitudes dos Guardas Provisórios/Formandos da GNR mudaram do primeiro para o segundo momento, estes dados parecem reforçar a ideia de que o contacto direto com os delinquentes parece ser um fator determinante no que respeita às atitudes face aos mesmos (quer no sentido positivo quer no sentido negativo).

Uma vez que este confronto com a realidade parece ser um fator determinante para o sucesso ou insucesso no desempenho do trabalho, torna-se fundamental o acompanhamento contínuo destes Guardas, procurando desenvolver novas estratégias para lidar com as adversidades que surgem no desempenho das suas funções.

No entanto, como já foi referido anteriormente, observou-se que este contacto conduziu a um agravamento das atitudes dos Guardas Provisórios/Formandos face aos delinquentes. Os Guardas da GNR, além das funções já referidas, pelo contacto constante que mantém com os delinquentes, têm também um papel importante na ressocialização destes últimos (Cunha & Gonçalves, 2017). É, neste sentido, que estudos sobre atitudes face aos delinquentes são de extrema pertinência, uma vez que permitem o desenvolvimento de intervenções atempadas com vista a uma melhoria das atitudes mais negativas face a este grupo. Com a melhoria das atitudes e a redução da estigmatização, promove-se, simultaneamente, a procura ativa de ajuda por parte dos delinquentes (Imhoff, 2015). Ainda, atitudes positivas face à população com quem se lida diariamente estão associadas a um maior envolvimento e satisfação no trabalho, reduzindo os níveis de stresse (Misis et al., 2013).

Assim, o presente estudo remete para a importância do treino militar contínuo e consistente dos Guardas da GNR, acrescido de uma componente psicossocial. É indispensável que os Guardas Provisórios/Formandos compreendam que o uso da força física é importante e útil, mas não a única forma adaptativa de lidar com as demais situações (Cunha & Gonçalves, 2017).

É possível delinear algumas limitações no presente estudo, que futuras pesquisas devem ter em atenção.

Uma das limitações deste estudo e que, consequentemente, conduziu a outras, prende-se com a dimensão da amostra e o reduzido poder estatístico da mesma. A ausência de resultados significativos nas diferentes variáveis pode ser um artefacto da ausência de poder estatístico da amostra. Verificou-se uma reduzida variabilidade em termos das características sociodemográficas, não permitindo a retirada de conclusões mais fiáveis relativamente a estas variáveis.

Uma outra limitação prende-se com a não inclusão de outras variáveis, nomeadamente o sexo. Pesquisas anteriores têm vindo a comprovar a influência do sexo nas atitudes dos Polícias (e.g.,Langworthy & Whitehead, 1986), demonstrando inclusive que Polícias do sexo masculino apresentam atitudes mais punitivas do que Polícias do sexo feminino (Chen & Einat, 2015). No entanto, o presente estudo não incluiu essa variável, questão que futuras pesquisas devem ter em atenção.

Acresce ainda como limitação o instrumento utilizado para avaliar as atitudes face aos delinquentes. A EARD foi desenvolvida para a população dos EUA e direcionada para as atitudes face a reclusos. Ademais, a versão original de Melvin et al. (1985) é constituída por 36 itens, enquanto que a versão portuguesa é composta por 34 itens. Posto isto, e uma vez que a versão utilizada neste estudo foi alterada para se adaptar à população, algumas discrepâncias comparativamente a estudos anteriores podem ser consequência desta variabilidade de medidas. Apesar dos resultados obtidos no presente estudo serem semelhantes aos resultados obtidos por Melvin et al. (1985), podem ainda existir diferenças culturais que tornem a escala menos adequada para medir as atitudes face aos delinquentes na população portuguesa. Contudo, é de salientar as boas características psicométricas da versão portuguesa da escala.

Por fim, uma última limitação do presente estudo consiste no facto de apenas se ter recorrido a medidas de autorrelato. Para se avaliar de uma forma mais fiável estas atitudes deveriam ter sido utilizados outros instrumentos, nomeadamente entrevistas mais aprofundadas. Estas entrevistas poderiam ter possibilitado a consideração de fatores que podem mediar ou moderar o efeito das atitudes, tais como as características do agressor ou questões associadas aos supervisores. Para além disso, um elemento central dos questionários de autorrelato, como referido anteriormente, é a desejabilidade social. Apesar do anonimato dos participantes, trata-se de um fator difícil de se controlar na sua totalidade.

Referências

- Ajzen, I. (2001). Nature and operation of attitudes. *Annual Review of Psychology*, *52*, 27–58. https://doi.org/10.1146/annurev.psych.52.1.27
- Ajzen, I., & Fishbein, M. (2000). Attitudes and the attitude-behavior relation: Reasoned and automatic processes. *European Review of Social Psychology*, 11, 1–33. https://doi.org/10.1080/14792779943000116
- Beech, A., & Fordham, A. S. (1997). Therapeutic climate of sexual offender treatment programs. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment*, *9*, 219–237. https://doi.org/10.1177/107906329700900306
- Brannon, Y. N., Levenson, J. S., Fortney, T., & Baker, J. N. (2007). Attitudes about community notification: A comparison of sexual offenders and the non-offending public. *Sex Abuse*, *19*, 369–379. https://doi.org/10.1007/s11194-007-9055-2
- Chen, G., & Einat, T. (2015). The relationship between criminology studies and punitive attitudes. *European Journal of Criminology*, *12*, 169–187. https://doi.org/10.1177/1477370814551211
- Church, W. T., Sun, F., & Li, X. (2011). Attitudes toward the treatment of sex offenders: A SEM analysis. *Journal of Forensic Social Work, 1*, 82-95.
- Collins, P. A., & Gibbs, A. C. C. (2003). Stress in police officers: A study of the origins, prevalence and severity of stress-related symptoms within a county police force. *Occupational Medicine*, *53*, 256–264. https://doi.org/10.1093/occmed/kqg061
- Conroy, D. L. & Hess, K. M. (1992). Officers at risk: How to identify and cope with stress. Placerville, CA: Custom Publishing Company.
- Costelloe, M. T., Chiricos, T., & Gertz, M. (2009). Punitive attitudes toward criminals: Exploring the relevance of crime salience and economic insecurity. *Punishment and Society*, *11*, 25–49. https://doi.org/10.1177/1462474508098131
- Craig, L. A. (2005). The impact of training on attitudes towards sex offenders. *Journal of Sexual Aggression*, *11*, 197–207. https://doi.org/10.1080/13552600500172103
- Cunha, O. S. (2008). Atitudes face à delinquência em Guardas Nacionais Republicanos: Implicações para a formação (Tese de mestrado não publicada). Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho, Braga, Portugal.
- Cunha, O. S., & Gonçalves, R. A. (2017). Policing: An International Journal of Police Strategies & Management Article information: *International Journal of Police Strategies & Management*, *40*, 3–23. http://dx.doi.org/10.1108/PIJPSM-02-2016-0013
- Engel, R. S., & Worden, R. E. (2003). Police officers's attitudes, behavior, and supervisory influences: an analysis of problem solving. *Criminology*, *41*, 131-166. https://doi.org/10.1111/j.1745-9125.2003.tb00984.x
- Gakhal, B. K., & Brown, S. J. (2011). A Comparison of the general public's , forensic professionals and students attitudes towards female sex offenders. *Journal of Sexual Aggression*, *17*, 105–116. https://doi.org/10.1080/13552600.2010.540678
- Gau, J. M. (2010). A longitudinal analysis of citizens' attitudes about police. *Policing: An International Journal of Police Stategies & Management*, *33*, 236–252. https://doi.org/10.1108/13639511011044867
- Gershon, R. R. M., Barocas, B., Canton, A. N., Li, & Vlahov, D. (2009). Mental, physical, and behavioral outcomes associated with perceived work stress in police officers. *Criminal Justice and Behavior*, *36*, 275–289. https://doi.org/10.1177/0093854808330015
- Gliem, J. A., & Gliem, R. R. (2003). Calculating, interpreting, and reporting cronbach's alpha reliability

- coefficient for likert-type scales. *Midwest Research to Practice Conference in Adult, Continuing, and Community Education*, 82-88. https://doi.org/10.1016/B978-0-444-88933-1.50023-4
- Gonçalves, R. A., & Vieira, S. (2005). Atitudes face aos reclusos em guardas prisionais: implicações para a formação do pessoal penitenciário. *Temas Penitenciários*, *Série III*(1 e 2), 23–28.
- Gonçalves, R. A. & Vieira, S. (2007). Actitudes hacia los reclusos en guardias de prisiones: Validación de una escala y implicaciones para la formación del personal penitenciário. In Arce, R., Fariña, F., Alfaro, E., Civera, C. and Tortosa, F. (Eds.), *Psicología juridica: Evaluación y intervención* (pp. 263-269). Diputació de València: Valencia.
- Gouveia, V. V., Costa, J. M., Araújo, L. B. U., Gouveia, R. S. V., Medeiros, E. D., & Gonçalves, M. P. (2009). Disposição para perdoar, desejabilidade social e religião: um estudo correlacional. *Revista Bioética*, *17*, 297–308.
- Harnett, P. H. (1997). The attitudes of female and male residential care-workers to the perpetrators of sexual and physical assault. *Child Abuse & Neglect*, *21*, 861–868. https://doi.org/10.1016/S0145-2134(97)00047-1
- Harper, B. C. A. (2012). In pursuit of the beast: undergraduate attitudes towards sex offenders and implications for society, rehabilitation and british psychology education. *Internet Journal of Criminology*, 6743, 1–19.
- Hirschfield, P. J., & Piquero, A. R. (2010). Normalization and legitimation: Modeling stigmatizing attitudes toward ex-offenders. *Criminology*, *48*, 27–55. https://doi.org/10.1111/j.1745-9125.2010.00179.x
- Hogue, T. E., & Peebles, J. (1997). The influence of remorse, intent and attitudes toward sex offenders on judgments of a rapist. *Psychology, Crime & Law, 3,* 249-259. https://doi.org/10.1080/10683169708410821
- Imhoff, R. (2015). Punitive attitudes against pedophiles or persons with sexual interest in children: Does the label matter? *Archives of Sexual Behavior*, *44*, 35–44. https://doi.org/10.1007/s10508-014-0439-3
- Jahnke, S., & Hoyer, J. (2013). Stigmatization of people with pedophilia: A blind spot in stigma research. *International Journal of Sexual Health*, *25*, 169–184. https://doi.org/10.1080/19317611.2013.795921
- Jahnke, S., Philipp, K., & Hoyer, J. (2015). Stigmatizing attitudes towards people with pedophilia and their malleability among psychotherapists in training. *Child Abuse and Neglect*, *40*, 93–102. https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2014.07.008
- Keil, T. J., & Vito, G. F. (1991). Fear of crime and attitudes toward capital punishment: A structural equations model. *Justice Quarterly*, *8*, 447-464.
- Kifer, M., Hemmens, C., & Stohr, M. K. (2003). The goals of corrections: Perspectives from the line. *Criminal Justice Review, 28*, 47-69.
- Kjelsberg, E., & Loos, L. H. (2008). Conciliation or condemnation? Prison employees' and young peoples' attitudes towards sexual offenders. *International Journal of Forensic Mental Health*, *7*, 95-103.
- Kjelsberg, E., Skoglund, T. H., & Rustad, A. B. (2007). Attitudes towards prisoners, as reported by prison inmates, prison employees and college students. *BMC Public Health*, *7*, 1–9. https://doi.org/10.1186/1471-2458-7-71
- Langworthy, R. H., & Whitehead, J. T. (1986). Liberalism and fear as explanations of punitiveness. *Criminology*, *24*. https://doi.org/10.1111/j.1745-9125.1986.tb00391.x

- Lea, S. J., Auburn, T., & Kibblewhite, K. (1999). Working with sex offenders: The perceptions and experiences of professionals and paraprofessionals. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, (January 2018). https://doi.org/10.1177/0306624X99431010
- Leiber, M. J., Schwarze, K., Mack, K. Y., & Farnworth, M. (2002). The effects of occupation and education on punitive orientations among juvenile justice personnel. *Journal of Criminal Justice*, *30*, 303–316. https://doi.org/10.1016/S0047-2352(02)00131-9
- Levenson, J. S., Brannon, Y. N., Fortney, T., & Baker, J. (2007). Public perceptions about sex offenders and community protection policies. *Analyses of Social Issues and Public Policy*, *7*, 1–25.
- Lurigio, A. J., & Skogan, W. G. (1994). Winning the hearts and minds of police officers: An assessment of staff perceptions of community policing in chicago. *Crime & Delinquency*, *40*, 315–330. https://doi.org/10.1177/016344300022005001
- Mastrofski, S. D., Snipes, J. B., Parks, R. B., & Maxwell, C. D. (2000). The helping hands of the law: Police control of citizen on request. *Criminology*, *38*, 307–342. https://doi.org/10.1111/j.1745-9125.2000.tb00892.x
- Mastrofski, S. D., Worden, R. E., & Snipes, J. B. (1995). Law enforcement in a time of community policing. *Criminology*, *33*, 8–23. https://doi.org/10.3868/s050-004-015-0003-8
- Melvin, K. B., Gramling, L. K., & Gardner, W. M. (1985). A Scale to measure attitudes toward prisoners. *Criminal Justice And Behavior*, *12*, 241–253.
- Misis, M., Kim, B., Cheeseman, K., Hogan, N. L., & Lambert, E. G. (2013). The impact of correctional officer perceptions of inmates on job stress. *SAGE Open*, *3*, 1–13. https://doi.org/10.1177/2158244013489695
- Norton, M. I., Cooper, J., Monin, B., & Hogg, M. A. (2003). Vicarious dissonance: Attitude change from the inconsistency of others. *Journal of Personality and Social Psychology*, *85*, 47–62. https://doi.org/10.1037/0022-3514.85.1.47
- Olver, M. E., & Barlow, A. A. (2010). Successful and unsuccessful psychopaths, A neurobiological model. *Behavioral Sciences & the Law, 28,* 211–223. https://doi.org/10.1002/bsl
- Pedroso-lima, M., Magalhães, E., Salgueira, A., Gonzalez, A., Costa, J. J., Costa, M. J., & Costa, P. (2014). A versão portuguesa do NEO-FFI: Caracterização em função da idade, género e escolaridade. *Revista da Associação Portuguesa de Psicologia*, *28*, 1–10.
- Ribeiro, R. B., & Surrador, A. A. (2005). Stress em contexto militar e aeronáutico: Identificação dos stressores mais frequentes e indicação de estratégias organizacionais e pessoais para a melhoria do bem-estar. *In* Pinto, A. M. & Silva, A. L. (Coords.), *Stress e bem-estar* (pp. 151-166). Lisboa: Climepsi Editores.
- Robinson, A. L., & Chandek, M. S. (2000). The domestic violence arrest decision: Examining demographic, attitudinal, and situational variables. *Crime and Delinquency*, *46*, 18-37. https://doi.org/10.1177/0011128700046001002
- Sample, L. L., & Kadleck, C. (2008). Sex offender laws: Legislators' accounts of the need for policy. *Criminal Justice Policy Review, 19*, 40–62. https://doi.org/10.3868/s050-004-015-0003-8
- Sampson, R. J., Laub, J. H., & Wimer, C. (2006). Does marriage reduce crime? A counterfactual approach to within-individual causal effects' robert. *Criminology*, *44*, 465-508.
- Visser, P. S., & Krosnick, J. A. (1998). Development of attitude strength over the life cycle: Surge and decline. *Journal of Personality and Social Psychology*, *75*, 1389-1410. http://dx.doi.org/10.1037/0022-3514.75.6.1389

ANEXO



Universidade do Minho

Conselho de ética - ciências sociais e humanas

<u>Identificação do documento</u>: CE.CSH 101/2018

Título do projeto: Atitudes dos alistados da GNR face aos delinquentes

<u>Investigador(a) Responsável</u>: Filipa Sousa Meneses Carvalho, Mestrado Integrado em Psicologia, Escola de Psicologia, Universidade do Minho; Doutora Olga Cunha (orientadora) e Doutor Rui Abrunhosa Gonçalves

(coorientador), Centro de Investigação em Psicologia (CIPsi), Escola de Psicologia, Universidade do Minho

PARECER

O Conselho de Ética analisou o processo relativo ao projeto de investigação acima identificado, intitulado Atitudes dos alistados da GNR face aos delinquentes.

Os documentos apresentados revelam que o projeto obedece aos requisitos exigidos para as boas práticas na investigação com humanos, em conformidade com as normas nacionais e internacionais que regulam a investigação em Ciências Sociais e Humanas.

Face ao exposto, o Conselho de Ética nada tem a opor à realização do projeto, emitindo o seu parecer favorável.

Braga, 7 de janeiro de 2019.

A Presidente do CEUMinho

Assinado por : **GRACIETTE TAVARES DIAS**Num. de Identificação Civil: BI071230157

Data: 2019.01.18 14:47:48 Hora padrão de GMT

